

Por Idhelene Macedo

Das 79 denúncias sobre fraudes no seguro DPVAT recebidas entre 2012 e 2014 pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) do Mato Grosso, 60 resultaram em abertura de processo ético-disciplinar. Desse total, 14 já foram julgados, com duas absolvições e 12 condenações.

Segundo a corregedora-geral do CRM do Mato Grosso, Hildenete Monteiro Fortes, todas as denúncias foram formuladas pela seguradora Líder. A médica depôs, nesta segunda-feira (8), na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do DPVAT.

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) foi criado em 1974 (Lei 6.194/74) para garantir a indenização de vítimas de acidentes de trânsito no caso de morte ou invalidez, assim como o custeio de despesas médicas e hospitalares.

Processos sigilosos

Hildenete Monteiro ressaltou que os processos são sigilosos e que a pena mais grave imposta foi a de suspensão por 30 dias. As punições podem ser de advertência confidencial, censura confidencial, censura pública, suspensão por 30 dias e a cassação da licença para o profissional atuar como médico.

Conforme esclareceu a corregedora do CRM, as denúncias estão todas relacionadas a fraudes na emissão de laudos médicos. "Esse laudo é emitido como se o médico o tivesse feito na presença do periciando e, na realidade, esse laudo foi emitido não na presença do periciando, ele foi emitido na sua ausência. E isso é uma falta ética grave no nosso Código de Ética Médica."

Hildenete Monteiro disse ainda que apenas um único caso foi encaminhado para a Polícia Federal. Trata-se de uma pessoa que exercia a Medicina sem registro.

Polícia Federal

O deputado Marcos Rogério (DEM-RO) considerou as punições desproporcionais e sugeriu que a CPI faça uma recomendação aos CRMs no sentido de encaminhar à Polícia Federal e ao Ministério Público todas as denúncias acolhidas e transformadas em procedimentos.

"Não há punições mais rigorosas com relação a profissionais que atuam reiteradamente com condutas criminosas, lesando a seguradora, lesando o trabalhador. É preciso ter uma recomendação para os conselhos regionais", observou o parlamentar.

Punição mais grave

Presidente da CPI, o deputado Marcus Vicente (PP-ES) solicitou que todos os processos do CRM relacionados a fraudes no seguro DPVAT sejam encaminhados à comissão. Ele também defendeu punição mais grave para os envolvidos.

"O que nós queremos, na verdade, nessa apuração do seguro DPVAT, é fazer com que todos os prestadores de serviço possam estar responsabilizados no momento em que eles cometem o crime contra o usuário, contra milhões de brasileiros que se veem enganados e não têm o seu direito assegurado", disse Marcus Vicente.

Ministro

A CPI do DPVAT tem nova audiência marcada para esta terça-feira (9), às 14h30, para ouvir o

ministro da Saúde, Ricardo Barros.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#), em 08.08.2016.